



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.201.130/0001-01

RESULTADOS 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 - A Administração da Energisa Transmissão de Energia S/A ("Energisa Transmissão", "ETE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. VISÃO GERAL

As atividades do Grupo Energisa também incluem ativos em transmissão de energia, decorrentes das aquisições de 9 lotes em leilões, de 2017 a 2024, e 4 concessões operacionais adquiridas nos anos de 2021 e 2022, totalizando 13 concessões de transmissão com aproximadamente 3.508 mil km em linhas de transmissão e 14.454 MVA de capacidade de transformação. A Receita Operacional Anual consolidada, considerando a nova concessão Energisa Maranhão (EMA), é de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 975,1 milhões de RAP (ciclo 2025-26) e R\$ 43,2 milhões em receitas de fibra ótica. Segue abaixo quadro de composição acionária da Energisa Transmissão:



Seguem abaixo quadros com o resumo das concessões de transmissão operacionais e em construção do Grupo:

Transmissoras operacionais:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	Antecipação realizada	Capex realizado/ Preço de Aquisição (R\$ mm)	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(b)	Receitas de Fibra Ótica	Status
EGO I	ago/17	GO	136 (CD)	1.344	mar/20	17 meses	255,9	54,9	-	Operacional
EPA I	ago/17	PA	267(CD)	600	nov/20	16 meses	318,3	68,7	-	Operacional
EPA II	set/18	PA	139 (CD/CS)	1.800	dez/21	12 meses	421,2	56,1 ^(a)	-	Operacional
ETT	mar/19	BA/TO	734 (CS)	850	jan/23	15 meses	816,9 ^(c)	90,0	-	Operacional
ETT II	set/21	TO	-	200	abr/24	5 meses	68,8	5,4	-	Operacional
EPT	jun/16	MT	-	150	jun/19	-	102,1	13,9	-	Operacional
EAP	mar/22	AP	10	300	dez/24	9 meses	155,3	14,4	-	Operacional
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	-	171,7 ^(a)	24,7	-	Operacional
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	-	802,7	179,5 ^(a)	18,3	Operacional
LTTE	dez/11	RJ/SP	258	3.600	jun/18	-	-	85,6 ^(a)	0,2	Operacional
Total			2.737	11.804			2.941,2	740,1	43,3	-

(a) Considera receita adicional de reforços. (b) valores publicados da RAP líquidos de PIS/Cofins. (c) considera R\$ 100 milhões referente ao seguro garantia acionado devido à recuperação judicial do Epcista, com ação movida pela Companhia para ressarcimento dos valores desembolsados.

Empreendimentos em construção:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km) ^(a)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação (ANEEL)	Avanço Físico ^(b)	Capex Estimado ^(c) (R\$ milhões)	RAP Ciclo 25-26 (R\$ milhões) ^(d)	Status
EAM	mar/21	AM	365 (CD / CS)	2.650	mar/26 ^(e)	87%	831,9 ^(a)	90,9 ^(a)	Parcial
EAM II	set/22	AM	12,9	-	ago/27	80%	239,3	21,2	Em Construção
Total	jun/24	MA/PI	393,5	2.650	jun/30	21%	998,8	122,8	Em fase de projetos
Total			771,4	2.650			2.070,0	235,0	-

Notas: CD - Circuito duplo / CS - Circuito Simples. (a) km de linhas das concessões em construção considerando valores estimados no edital do leilão. (b) Dados de avanço físico atualizados para dez/2025 (c) Atualizado por IPCA da data do leilão + otimização de CAPEX (exceto EAM I que não considera otimização) / (d) Considera 54,0% da RAP da EAM já em operação. / (e) CAPEX não considera a indenização de R\$ 256 milhões referentes aos ativos operacionais transferidos a EAM / (f) valores publicados da RAP são líquidos de PIS/Cofins / (g) Prazo para implantação dos novos ativos. A revitalização dos demais ativos previstos em contrato de concessão tem prazo regulatório até março/2030.

1.1 Homologação da Receita Anual Permitida (RAP) - Ciclo 2025/2026

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.481/2025 que estabeleceu reajustes pelo IPCA de 5,32% das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2025-2026, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, beneficiando, portanto, o resultado da Companhia somente a partir do 3T25. Assim, a receita anual permitida das transmissoras do grupo Energisa passa a ser de R\$ 975 milhões para o ciclo 2025/2026 (R\$ 921,6 milhões para o ciclo de 2024/2025), conforme segue.

Transmissoras	Ciclo 2024/2025 ⁽¹⁾	Ciclo 2025/2026 ⁽¹⁾
Energisa Goiás (EGO)	52,1	54,9
Energisa Pará I (EPA I)	65,2	68,7
Energisa Pará II (EPA II)	53,2	56,1
Energisa Tocantins I (ETT I)	85,5	90
Energisa Amazonas (EAM)	86,3	90,9
Energisa Tocantins II (ETT II)	5,2	5,4
Energisa Amapá (EAP)	13,6	14,4
Energisa Amazonas II (EAM II)	20,2	21,2
Energisa Paranaíba (EPT)	13,2	13,9
Linhas Macapá (LMTE)	163,0	171,7
Linhas Xingú (LXTE)	170,4	179,5
Linhas Taubaté (LTTE)	81,2	85,6
Energisa Maranhão (EMA)	112,5	122,8
Total	921,6	975,1

⁽¹⁾ Não considera as receitas de fibra ótica que totalizam R\$ 43,2 milhões.

Acesse essa e outras tabelas em Excel que estão disponíveis nesse link.

1.2 Destaques do Período

1.2.1 Desmobilização da antiga subestação Presidente Figueiredo, da Energisa Amazonas

Em 14 de outubro foi concluída a desmobilização da antiga Subestação Presidente Figueiredo, etapa essa prevista no escopo do contrato de concessão da EAM. Com a finalização da atividade, foi liberada uma RAP adicional de aproximadamente R\$ 440,0 mil.

1.2.2 Conclusão Implantação do reforço na Subestação Oriximiná, da Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE)

Em 17 de outubro de 2025 ocorreu a entrada em operação comercial do reforço de grande porte na Subestação Oriximiná, no estado do Pará. Esse empreendimento compreende a instalação do segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos (TR2) 500/138-13,8 KV de 150 MVA, o que resultou no aumento da potência instalada na subestação Oriximiná. Essa ampliação possibilita o remanejamento de cargas e aprimora a confiabilidade do suprimento de energia aos municípios de Oriximiná, Óbidos, Curuá, Alenquer e Monte Alegre, beneficiando aproximadamente 100 mil consumidores e gerando uma RAP adicional de R\$ 7,7 milhões no portfólio da Energisa.

1.2.3 Avanço no lançamento dos cabos da Linha subterrânea da Energisa Amazonas II

O último trimestre de 2025 foi marcado pelo avanço das atividades de lançamento dos cabos subterrâneos da LT 230kV Manaus - Mauá III. Como o trecho aéreo dessa linha de transmissão está concluído e as subestações Manaus e Mauá III estão com todos os equipamentos comissionados, a etapa de lançamentos dos cabos subterrâneos se configura como a mais relevante no momento, e sua conclusão permitirá a entrada em operação comercial no ano de 2026.

1.3 Resultados econômico-financeiros consolidado - Societário x Regulatório

Principais impactos no resultado societário

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro IFRS Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	68,2	71,7	-4,9	262,6	415,8	-36,8
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	8,9	17,9	-50,1	28,6	23,0	+24,5
Receita das margens da obrigação de performance da construção	4,6	22,7	-80,0	52,0	123,0	-57,8
Receita de operação e manutenção	18,8	17,1	+10,1	72,8	67,7	+7,6
Remuneração dos ativos de concessão	97,9	277,8	-64,7	795,3	931,3	-14,6
Outras receitas operacionais	19,8	100,1	-80,2	87,8	156,8	-44,0
Total da receita bruta	218,3	507,3	-57,0	1.299,2	1.717,7	-24,4
Deduções da receita	(20,9)	(37,5)	-44,4	(111,9)	(128,2)	-12,6
Receita operacional líquida	197,4	469,8	-58,0	1.187,3	1.589,5	-25,3
Custo de construção	(59,8)	(147,0)	-59,3	(244,8)	(477,7)	-48,8
Margem bruta	137,6	322,8	-185,2	942,5	1.111,9	-169,4
PMSO	(40,6)	(73,1)	-44,5	(135,3)	(240,0)	-43,6
Demais despesas operacionais ⁽ⁱ⁾	(3,9)	0,6	-	(6,6)	8,8	-
Depreciação/Amortização	(0,4)	(1,3)	-68,9	(1,7)	(2,6)	-36,3
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	-36,1	(344,9)	(355,8)	-3,1
Contribuição social e imposto de renda	(28,6)	(87,7)	-67,4	(106,4)	(183,5)	-42,0
Lucro líquido do período	(3,5)	55,7	-	347,7	338,8	+2,6
EBITDA	93,2	250,4	-62,8	800,6	880,7	-9,1
Margem EBITDA (%)	47,2	53,3	-6,1 p.p.	67,4	55,4	+12,0 p.p.

⁽ⁱ⁾ Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Receita operacional líquida (societário): No 4T25, a Energisa Transmissão de Energia S.A. apresentou receita operacional líquida consolidada de R\$ 197,4 milhões, redução de R\$ 272,4 milhões em relação a 4T24 ocasionados pelos seguintes eventos:

(i) Menor reconhecimento de remuneração do ativo nas concessões LMTE, LXTE e LTTE em função da variação do IPCA e das amortizações ocorridas durante o os períodos comparados (-R\$ 67,6 milhões);

(ii) Redução na receita e na margem de construção, decorrente de menor realização de investimentos na concessão EAM (-R\$ 32,6 milhões) e EAM II (-R\$ 24,1 milhões) e nos projetos energizados: Reforço de Oriximiná LMTE (-R\$ 18,1 milhões) e EAP (-R\$ 20,6 milhões);

(iii) Ajuste no fluxo de caixa do ativo de contrato referente aos valores de indenizações nas concessões ETTII, EAM, EAM II, EAP e EMA (-R\$ 54,9 milhões).

PMSO: A linha de PMSO no 4T25 alcançou R\$ 40,6 milhões, ocasionando uma redução de R\$ 32,5 milhões na comparação com o 4T24, em função de:

(i) Redução de gastos em melhorias de pequeno porte das concessões do grupo Gemini LXTE e LMTE e menores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (-\$ 8,2 milhões) no 4T25, em comparação com 4T24;

(ii) Redução ocasionada pela internalização das atividades de O&M (-R\$ 22,4 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve um aumento R\$ 4,5 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelas alterações de prognóstico de contingências.

Custo de construção: a rubrica de custo de construção alcançou R\$ 59,8 milhões no 4T25, redução de R\$ 87,2 milhões em comparação com o 4T24 ocasionado pelos seguintes eventos:

(i) Menor realização de investimentos na construção dos ativos: Energisa Amazonas (R\$ 32,6 milhões) e Energisa Amazonas II (R\$ 24,1 milhões);

(ii) Entrada em operação das transmissoras Energisa Amapá (R\$ 20,5 milhões), do Reforço de Oriximiná da LMTE (R\$ 18,1 milhões).

Esses efeitos foram compensados pela evolução física do projeto Energisa Maranhão (R\$ 8,3 milhões).

Resultado Financeiro: apresentou saldo negativo de R\$ 67,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 38,2 milhões na comparação com 4T24, devido aos seguintes eventos:

(i) Resultado do SWAP (+R\$ 9,6 milhões);

(ii) Redução dos encargos financeiros em função das liquidações e amortizações ocorridas no período (+R\$ 14,9 milhões);

(iii) Aumento de receita financeira com destaque na ETE Holding e grupo Gemini (+R\$ 6,9 milhões).

Lucro (Prejuízo) líquido societário: No 4T25, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 3,5 milhões, redução de R\$ 59,2 milhões em relação ao lucro registrado no 4T24, conforme eventos informados nas rubricas de Receita operacional líquida.

Principais impactos do resultado regulatório

Aviso: Nesta seção são apresentados os resultados regulatórios do segmento de transmissão da Companhia. Os resultados regulatórios têm a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão. Portanto, não deve ser considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) aqui apresentadas são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita anual permitida	216,3	198,1	+9,2	857,5	792,5	+8,2
Total da receita bruta	216,3	198,1	+9,2	857,5	792,5	+8,2
Deduções da receita	(22,0)	(21,1)	+4,6	(89,8)	(84,3)	+6,5
Receita operacional líquida	194,3	177,1	+9,7	767,7	708,2	+8,4
PMSO	(35,8)	(48,5)	-26,2	(128,2)	(175,6)	-27,0
Demais despesas operacionais ⁽ⁱ⁾	(7,5)	(1,3)	+479,0	(10,2)	4,8	-
Amortização/Depreciação	(54,5)	(48,0)	+13,5	(197,9)	(190,0)	+4,1
Resultado financeiro	(67,6)	(105,8)	-36,1	(344,9)	(355,7)	-3,0
Contribuição social e imposto de renda	(30,2)	(38,8)	-22,1	(22,9)	(72,7)	-68,5
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	(1,4)	(65,3)	-97,9	63,6	(81,0)	-
EBITDA regulatório	151,0	127,3	+18,6	629,2	537,4	+17,1
Margem EBITDA (%)	77,7	71,9	+5,8 p.p.	82,0	75,9	+6,4 p.p.

⁽ⁱ⁾ Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 4T25, a ETE consolidado regulatório, apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 194,3 milhões, R\$ 17,2 milhões maior do que o registrado no 4T24 devido aos seguintes eventos:

(i) Reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) de 5,32% (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;

(ii) Entrada em operação da concessão EAP e de novas funções de transmissão na concessão EAM (+R\$ 5,3 milhões);

(iii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA), com destaque as concessões ETT, LXTE, EGO, EPA II, (+R\$ 1,9 milhão);

(iv) Entrada em operação do Reforço do grande porte da LMTE (+R\$ 1,1 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 35,8 milhões no 4T25, reduzindo os gastos em R\$ 12,7 milhões na comparação com o 4T24. A variação foi ocasionada basicamente pela internalização das atividades O&M o que ocasionou a redução dos gastos de Serviços de terceiros no montante de R\$ 12,9 milhões.

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve um aumento R\$ 6,2 milhões. Esse aumento foi ocasionado pelas menores reversões de contingências (-R\$ 3,2 milhões) e pelas baixas de equipamentos realizadas na concessão EAM em função da desmobilização da antiga Subestação Presidente Figueiredo conforme previsto no contrato de concessão (-R\$ 3,5 milhões).

Amortização e Depreciação: No 4T25, a rubrica teve um aumento R\$ 6,5 milhões. Esse aumento foi ocasionado pela utilização da EAP e Reforço da LMTE, que tiveram início de suas operações em dez/24 e out/25, respectivamente.

EBITDA regulatório: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 151,0 milhões no 4T25, crescimento de R\$ 23,7 milhões acima do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional e PMSO.

Resultado Financeiro: apresentou saldo negativo de R\$ 67,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 38,2 milhões na comparação com 4T24, basicamente por:

(i) Resultado do SWAP (+R\$ 9,6 milhões);

(ii) Redução dos encargos financeiros em função das liquidações e amortizações ocorridas no período (+R\$ 14,9 milhões);

(iii) Aumento de receita financeira com destaque na ETE Holding e grupo Gemini (+R\$ 6,9 milhões).

Líquido (Prejuízo) regulatório: No 4T25, a ETE consolidado apresentou prejuízo de R\$ 1,4 milhão, R\$ 63,9 milhões menor do que o prejuízo apresentado no 4T24.

2. ESTRUTURA DE CAPITAL

2.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 625,5 milhões em dezembro de 2025, frente aos R\$ 731,9 milhões registrados em setembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 2.808,9 milhões, contra R\$ 3.127,6 milhões no final de setembro de 2025.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

>>>


ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 CNPJ nº 28.201.130/0001-01

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

(Em milhares de reais)

		2025			2024		
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)		1.187.272		1.589.546			
Resultado operacional (RO)		454.090		522.322			
Folha de pagamento bruta (FPB)		47.812		26.421			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		3.361	7,03%	0,28%	1.233	4,67%	0,08%
Encargos sociais compulsórios		7.052	14,75%	0,59%	3.334	12,62%	0,21%
Previdência privada		1.221	2,55%	0,10%	368	1,39%	0,02%
Saúde		1.594	3,33%	0,13%	113	0,43%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho		729	1,52%	0,06%	630	2,38%	0,04%
Educação		-	0,00%	0,00%	11	0,04%	0,00%
Cultura		3	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		545	1,14%	0,05%	22	0,08%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		17	0,04%	0,00%	17	0,06%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		6.108	12,78%	0,51%	2.737	10,36%	0,17%
Outros		476	1,00%	0,04%	160	0,61%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos		21.106	44,15%	1,76%	8.625	32,64%	0,54%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação		9.504	2,09%	0,80%	80	0,02%	0,01%
Cultura		839	0,18%	0,07%	420	0,08%	0,03%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		3,00	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		7,00	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		7,00	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		10.353	2,27%	0,87%	500	0,10%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)		200.384	44,13%	16,88%	146.447	28,04%	9,21%
Total - Indicadores sociais externos		210.737	46,40%	17,75%	146.947	28,14%	9,25%
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		3.626	0,80%	0,31%	5.769	1,10%	0,36%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		6.763	1,49%	0,57%	3.799	0,73%	0,24%
Total dos investimentos em meio ambiente		10.389	2,29%	0,88%	9.568	1,83%	0,60%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2025		2024			
Nº de empregados(as) ao final do período		205		140			
Nº de admissões durante o período		25		251			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		299		214			
Nº de estagiários(as)		2		-			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		33		20			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		23		14			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		29,17%		5,68%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		112		80			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		18,75%		17,65%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		6		2			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025		2024			Metas 2025
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		4,30		4,30			4,30
Número total de acidentes de trabalho		-		-			-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)		(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)			(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa		(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa			(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) () todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT		() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT			() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos		() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos			() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva		() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva			() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2025:	1.068.534	Em 2024:	1.129.211		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		22% governo 10% acionistas 23% retido	5% colaboradores(as) 41% terceiros 23% retido	28% governo 7% acionistas 38% terceiros 23% retido	4% colaboradores(as) 38% terceiros 23% retido		
7 - Outras Informações		2025		2024			
7) Investimentos sociais		-		-			-
7.1 - Programa Luz para Todos		-		-			-
7.1.1 - Investimento da União		-		-			-
7.1.2 - Investimento do Estado		-		-			-
7.1.3 - Investimento do Município		-		-			-
7.1.4 - Investimento da Concessionária		-		-			-
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-		-			-
7.2 - Programa de eficiência Energética		-		-			-
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		1.049		2.316			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		1.049		2.316			

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Nota	2025	2024	2025	2024	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	105	33.950	35.683	91.492
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	16.524	176.407	414.231	560.141
Concessionárias e permissionárias	7	-	-	88.598	97.514
Tributos a recuperar	8	1.088	308	30.365	43.073
Instrumentos financeiros derivativos	23	4.612	71.132	4.612	71.132
Dividendos a receber		46.290	23.417	-	-
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	11	-	-	835.515	778.670
Outros créditos		1.453	1.327	55.872	44.421
Total do circulante		70.072	306.541	1.464.876	1.686.443
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira	6.2	-	-	175.550	159.060
Instrumentos financeiros derivativos	23	16.919	38.961	41.115	45.254
Impostos diferidos	10	-	-	254.317	314.035
Tributos a recuperar	8	39.859	16.032	61.478	32.114
Cauções e depósitos Vinculados	17	-	-	4.818	4.434
Outros créditos		15.917	17.643	31.027	43.300
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	11	-	-	8.533.182	8.156.200
		72.695	72.636	9.101.487	8.754.397
Investimentos	12	5.260.069	4.908.313	-	-
Imobilizado		-	-	4.317	5.680
Intangível		-	-	6.663	5.111
Total do não circulante		5.332.764	4.980.949	9.112.467	8.765.188
Total do ativo		5.402.836	5.287.490	10.577.343	10.451.631
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
Nota	2025	2024	2025	2024	2024
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas					
Remuneração dos ativos da concessão		-	-	391.926	658.231
Receita operacional líquida	19	-	-	1.187.272	1.589.546
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	20	-	-83	(331.503)	(638.544)
Lucro bruto		-	-	855.769	951.002
Despesas gerais e administrativas	20	(1.613)	(2.436)	(55.219)	(72.466)
Outras receitas		-	-	(712)	171
Outras despesas		-	-	(887)	(571)
Equivalência Patrimonial	12	423.315	486.870	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		421.702	484.434	798.951	878.136
Receita Financeira	21	18.960	2.606	88.130	71.179
Despesa Financeira	21	(142.443)	(136.747)	(432.991)	(426.993)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(123.483)	(134.141)	(344.861)	(355.814)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		298.219	350.210	454.090	522.322
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(1)	-	(42.469)	(32.273)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	26.826	-29.474	(63.927)	(151.215)
Lucro líquido do exercício		325.044	320.736	347.694	338.834
Lucro atribuível a:					
Acionistas da controladora		-	-	325.044	320.736
Acionistas não controladores		-	-	22.650	18.098
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	24	0,13	0,21	0,13	0,21
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Nota	2025	2024	2025	2024	2024
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Remuneração do ativo de contrato de concessão	19	-	-	1.036.607	1.219.549
Remuneração de construção da infraestrutura	19	-	-	262.615	498.157
Outras receitas		-	-	(711)	171
Provisão/Reversão de crédito e liquidação duvidosa	20	-	-	(11.663)	(12.225)
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(1.198)	(2.205)	(54.218)	(174.613)
Materiais e serviços de terceiros		(415)	(314)	(253.675)	(472.601)
Outros custos operacionais		(1.613)	(2.519)	(307.893)	(647.214)
Valor adicionado bruto		(1.613)	(2.519)	978.955	1.058.438
Depreciação e Amortização	20	-	-	(1.662)	(2.609)
Valor adicionado líquido		(1.613)	(2.519)	977.293	1.055.829
Valor adicionado recebido em transferência		-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	423.315	486.870	-	-
Receitas financeiras	21	19.885	2.733	91.241	73.382
Valor adicionado a distribuir		441.587	487.084	1.068.534	1.129.211
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		-	-	42.920	35.925
Benefícios		-	-	5.503	3.194
FCTS		-	-	2.922	2.230
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(25.900)	29.601	230.913	317.637
Tributos		(25.900)	29.601	206.086	293.946
Obrigações Intra-setoriais		-	-	24.827	23.691
Estaduais		-	-	184	92
Municipais		-	-	264	139
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	21	142.443	136.747	432.991	426.993
Aluguéis		-	-	5.143	4.167
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	18.7	100.000	76.175	106.853	76.175
Lucros retidos		225.044	244.561	225.044	244.561
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	18.9</				



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital Outras reservas de capital	Reservas de Lucros Reserva Legal Retenção de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.053.979	26.776	13.626	433.125	435.466	-	(8)	738.218	2.701.182	180.111	2.881.293	
Aumento de capital conf. AGOE de 27 de abril de 2023	18.1	738.218	-	-	-	-	-	-	(738.218)	-	-	-	
Programa de remuneração variável (ILP)	18.2	-	266	-	-	-	-	-	-	266	2	268	
Lucro líquido do exercício							320.736			320.736	18.098	338.834	
Proposta de destinação do lucro líquido:													
Reserva legal	18.3	-	-	16.037	-	(16.037)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	18.7	-	-	-	-	(76.175)	-	-	-	-76.175	2.690	-73.485	
Reserva retenção de lucros	18.5	-	-	-	228.524	(228.524)	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	18.8	-	-	-	-	-	-	7	-	7	-	7	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	1.014.445	1.014.445	-	1.014.445	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.792.197	27.042	29.663	661.649	435.466	-	(1)	3.960.461	200.901	4.161.362		
Aumento de capital conf. AGOE de 25 de abril de 2025	18.1	10.144	1.004.301	-	-	-	-	-	(1.014.445)	-	-	-	
Programa de remuneração variável (ILP)	18.2	-	576	-	-	-	-	-	-	576	6	582	
Lucro líquido do exercício							325.044			325.044	22.650	347.694	
Proposta de destinação do lucro líquido:													
Reserva legal	18.3	-	-	16.252	-	(16.252)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	18.7	-	-	-	-	(77.198)	-	-	-	(77.198)	(6.853)	(84.051)	
Dividendos adicionais propostos	18.7	-	-	-	-	(22.802)	-	-	-	-	-	-	
Reserva retenção de lucros	18.5	-	-	-	208.792	(208.792)	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	18.8	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(11)	(1)	(12)	
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	-	-	646.930	646.930	-	646.930	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.802.341	1.031.919	45.915	870.441	22.802	435.466	-	(12)	646.930	4.855.802	216.703	5.072.505

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energia Transmissão de Energia S/A ("Companhia" ou "ETE"), é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na categoria "B". A ETE detém o controle de concessões de transmissão de energia elétrica e está sob o controle acionário da Energisa SA. O objeto social é a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, em especial naquelas que tem como objetivo principal a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica. A Companhia, através de suas Controladas, possui o direito de explorar concessões e/ou autorizações de transmissão de energia elétrica, sendo seus principais contratos:

Controladas	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A ("EGO I")	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. A obra foi concluída em 31 meses após a data de entrega e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	14/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ("EPA I")	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. A obra foi concluída em 38 meses após a data de entrega e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ("EPA II")	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego. A obra foi concluída em 39 meses após a data de entrega e a operação foi antecipada em 12 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	21/12/2021
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ("ETT")	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 255 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	22/12/2022
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ("EAM")	Empreendimento existente incorporados e que serão Revitalizados: - Incorporação dos ativos em serviço designado à AMGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016 - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AMGT) - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves - Substituição do pátio de 69kV da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ("ETT II")	Ampliação da SE 230/138kV Gurupi - 200MVA	Tocantins	30/09/2021	30/09/2051	08/05/2024
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ("EAP")	LT 230kV Macapá - Macapá III SE 230/69kV Macapá III SE Macapá 3: Implementação de 2 circuitos simples em 69 kV, com extensão aproximada de 2 km cada, entre os pontos de secionamento da Linha de Distribuição 69 kV	Amapá	31/03/2022	31/03/2052	23/12/2024
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A ("EPT")	SE Paranaíta, em 500/138 kV, 3 x 50 MVA	Mato Grosso	27/06/2016	27/06/2046	27/06/2019
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE")	LT 500 kV Jurupari - Oriximimá; LT 230 kV Jurupari - Laranjal; LT 230 kV Laranjal - Macapá; SE 500/138 kV Oriximimá 200 MVA; SE 230/69 kV Laranjal 200 MVA; SE 230/69 kV Macapá 600 MVA.	Pará/Amapá	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("LXTE")	LT 500 kV Tucuruí - Xingú; LT 500 kV Xingú - Jurupari; SE 500 kV Xingú; SE 500 kV Tucuruí;	Pará	16/10/2008	16/10/2038	12/06/2013
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ("LTTE")	SE 500/230 kV Jurupari 1.500 MVA. LT 500 kV Taubaté - Nova Iguaçu; SE 500 kV Taubaté; SE 500 kV Nova Iguaçu 4.200 MVA.	São Paulo/Rio de Janeiro	09/12/2011	09/12/2041	01/06/2018
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ("EAM II")	LT 230 kV Mauá 3 - Manaus, C1, com 12,9 Km (trechos aéreos e subterrâneos).	Amazonas	30/09/2022	30/09/2052	Em construção
Energisa Maranhão Transmissora de Energia S/A ("EMA")	LT 500 kV Teresina IV - Graça Aranha C1, CS LT 500 kV Boa Esperança - Graça Aranha C1, CS SE 500 kV Teresina; SE 500 kV Boa Esperança.	Maranhão	28/06/2024	28/06/2054	Em construção

Transmissão de energia elétrica: Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização, quando aplicável, do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço. As Controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos. As obrigações das controladas, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizadas em sua área de concessão; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória; V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; VI - Manter o arcabouço documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do contrato, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. **1.2. Principais assuntos Regulatórios:** **1.2.1. Reajuste Tarifário ANEL:** Resolução Homologatória ("RHH") nº 3.481, de 15 de junho de 2025, estabeleceu as RAPs das Controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%). A seguir, a RAP das Controladas reajustadas sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras			Demais instalações			Ciclo	
		RBL	RBNI	RREL	RBL	RBNI	RPEC/RCDM	2025-2026	2024-2025			
LMTE	009/2008	152.969	-	-	7.711	2.427	8.24	164.025	155.740			
EAM	009/2021	24.390	918	3	12.578	4.508	3.836	45.539	30.606			
EGO I	024/2017	54.917	-	-	-	-	4.824	54.917	52.143			
EPA I	043/2017	53.638	-	-	10.236	-	937	68.708	65.238			
EPA II	030/2018	39.015	7.000	-	9.102	-	56.053	53.222	-			
EPT	022/2016	3.262	-	-	8.977	-	1.626	13.866	13.166			
ETT II	014/2021	1.092	-	-	3.295	-	1.058	5.445	5.170			
ETT I	004/2019	83.710	-	-	4.577	-	1.710	89.996	85.450			
LXTE	008/2008	169.854	9.661	-	-	-	179.514	170.447	-			
LTTE	020/2011	47.958	8.035	-	6.782	16.317	6.461	85.553	81.231			
EAP	005/2022	7.019	-	-	5.208	-	2.136	14.363	-			
								777.979	712.413			

Capital Circulante: A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido na controladora negativo no montante de R\$131.389 (R\$552.305 em 2024). A Administração considera que os fluxos de dividendos futuros oriundos dos resultados das operações das Controladas e eventual necessidade de caixa garantido pela controladora Energisa S.A., deverão proporcionar os recursos necessários para fazer frente aos compromissos financeiros de curto prazo remanescentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o *IFRS Accounting Standards* que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as pronúncias contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia e suas Controladas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas Controladas. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas Controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 7 - Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD. II. Nota explicativa nº 10 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; III. Nota explicativa nº 11 - Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato; IV. Nota explicativa nº 17 - Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e ambientais: estimativa de perda em processos judiciais; V. Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; VI. Nota explicativa nº 25 - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós-emprego.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1. Políticas materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa -** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros e operações de hedge: Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração -** são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao custo amortizado. A classificação de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 23. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 7 - Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD. II. Nota explicativa nº 10 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; III. Nota explicativa nº 11 - Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato; IV. Nota explicativa nº 17 - Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e ambientais: estimativa de perda em processos judiciais; V. Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; VI. Nota explicativa nº 25 - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós-emprego.

outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia e suas Controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas Controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:**

	Classificação e Mensuração
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganho e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira para refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados aos saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os operados com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas Controladas e custos administrativos, assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contratuais que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração -** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em uma hedge efetiva, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente -** a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos

>>>



Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Consolidado											
	Programa Restricted Shares (Matching)			Programa Performance Shares				Programa Extraordinário		Programa Restricted Shares (Matching Líderes)		
	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	7ª Outorga	8ª Outorga	
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão	
Total de opções de Ações (units) outorgadas	6.547	7.182	9.358	7.126	6.547	7.182	9.358	2.225	3.563	4.109	3.756	
Opções de Ações (units) prescritas	N/A	N/A	N/A	7.126	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Data da aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	
Data de início vesting	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	13/05/2022	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025	
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	0,1255	0,1109	0,1097	0,1347	N/A	N/A	N/A	N/A	
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	N/A	N/A	DI1F2025	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A	
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	0,3488	0,2803	0,2728	0,2673	N/A	N/A	N/A	N/A	
Valor justo na data da outorga	51,75	46,79	45,05	37,9	44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05	
Movimentação	operação	operação	operação	Encerrado	operação	operação	operação	operação	operação	operação	operação	

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o Total Shareholder Return (TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquiere o direito a receber as ações (units). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram contabilizados pelas controladas EGO I, EAM, LTTE, EPA I e LMTE o montante de RS582 (RS266 em 2024) decorrente do Plano de Incentivo de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício no consolidado, na rubrica de custos e despesas operacionais - Programa de incentivo de longo prazo (LLP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado para as controladas EGO I e EPA I foi de RS1.051 (RS475 em 2024).

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, TRIBUTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A Companhia e suas controladas possuem créditos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidas nas demonstrações financeiras no montante de R\$263.887 na controladora e R\$372.865 no consolidado em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado. Nas Controladas EAP, EAM, EAM II, EGO I, EPA I, EPA II, EPT, ETT II e EMA o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de lucro presumido, enquanto na Companhia e nas Controladas GEMINI, PLENA, ETT, LMTE, LTTE e LXTE o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de lucro real.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	98.146	109.378
Base negativa da contribuição social	-	-	35.333	39.395
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	-	-	88.851	88.717
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	31.987	31.938
Total - ativo não circulante			254.317	269.428
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	(1.947)	(21.672)	(490.157)	(452.022)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(701)	(7.802)	(176.456)	(162.728)
Total - passivo não circulante	(2.648)	(29.474)	(666.613)	(614.750)
Total líquido - passivo não circulante	(2.648)	(29.474)	(412.296)	(345.322)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora		Controladora	
	2025	2024	2024	2024
Base de cálculo ⁽¹⁾				
IRPJ + CSLL	(1.947)	(21.672)	(490.157)	(452.022)
IRPJ + CSLL	(701)	(7.802)	(176.456)	(162.728)
Total - passivo não circulante	(2.648)	(29.474)	(666.613)	(614.750)
Total líquido - passivo não circulante	(2.648)	(29.474)	(412.296)	(345.322)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora		Controladora	
	2025	2024	2024	2024
Base de cálculo ⁽¹⁾				
IRPJ + CSLL	(7.789)	(2.648)	(81.150)	(27.591)
IRPJ + CSLL	(7.789)	(2.648)	(81.150)	(27.591)
Total - Passivo Não Circulante	(7.789)	(2.648)	(86.686)	(29.474)

⁽¹⁾ base de cálculo reduzida do limite fiscal de 30%.

	Consolidado			
	2025	2024	2024	2024
Base de cálculo				
IRPJ + CSLL	392.585	133.479	437.568	148.773
IRPJ + CSLL	307.884	104.681	314.460	106.916
IRPJ + CSLL	31.249	10.624	31.352	10.660
IRPJ + CSLL	16.273	5.533	9.015	3.065
IRPJ + CSLL	-	-	42	14
IRPJ + CSLL	(1.935.644)	(658.119)	(1.686.873)	(573.537)
IRPJ + CSLL	(15.279)	(5.195)	(115.928)	(39.416)
IRPJ + CSLL	(8.953)	(3.045)	-	-
IRPJ + CSLL	(704)	(239)	-	-
IRPJ + CSLL	(42)	(15)	(5.281)	(1.797)
Total	(1.212.633)	(412.296)	(1.015.645)	(345.322)
Total - Ativo não circulante	747.991	254.317	792.437	269.428
Total - passivo não circulante	(1.960.624)	(666.613)	(1.808.082)	(614.750)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	2025	2024	2024	2024
Exercícios				
2026	19.585			
2027	21.568			
2028	22.535			
2029	15.211			
2030	7.709			
2031 a 2033	28.282			
Após 2033	139.427			
Total	254.317			

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como, a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Controladora	
	2025	2024	2024	2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	298.219	350.210		
Alíquotas fiscais combinada nominal	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(101.394)	(119.071)		
Créditos tributários não constituídos no exercício	(15.708)	(54.672)		
Resultado de equivalência patrimonial	143.927	165.535		
Créditos (débitos) tributários constituídos no exercício	-	(21.266)		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	26.825	(29.474)		
Alíquota efetiva	(8,99%)	8,42%		
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2024	2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	454.090	522.322		
Alíquotas fiscais combinada nominal	34%	34%		
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais nominais	(154.391)	(177.589)		
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽¹⁾	10.291	-		
Incentivo fiscal - Outros ⁽²⁾	262	-		
Efeito do lucro presumido de controladas ⁽³⁾	51.659	60.041		
Despesas indutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(34)	(14)		
Créditos tributários não constituídos no exercício	(15.963)	(53.699)		
Créditos tributários constituídos no exercício	577	254		
Outros ajustes	1.203	(12.481)		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(106.396)	(183.488)		
Alíquota efetiva	23,43%	35,13%		

⁽¹⁾ As controladas da Companhia, localizadas nas regiões abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, utilizam do seguinte incentivo fiscal: redução fixa de 75% do imposto sobre o lucro e adicionais não restituíveis, base legal: art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963; art. 23 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969; Decreto Lei nº 1.564, de 29 de junho de 1977; art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Lei nº 13.799, de 3 de janeiro de 2022; Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002; e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008: A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos constitutivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	2025
LMTE	SUDAM	0069/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	4.548
LXTE	SUDAM	0204/2018	01/01/2018 a 31/12/2027	5.743
				10.291

⁽²⁾ Outras exclusões/adições permanentes - referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. ⁽³⁾ Nas controladas EGO, EPA I, EPA II, EAM, ETT II, EAP, EPT, EAM II e EMA a apuração do imposto de renda e a contribuição social são efetuadas pelo Lucro Presumido, gerando efeitos no período de RS12.460, RS16.159, RS9.259, RS11.855, RS1.392, RS7.881, RS4.315, RS5.201 e RS5.509 (RS16.423, RS14.010, RS12.460, RS7.024), RS3.751, RS9.788, RS4.128 e RS6.387 e RS118 em 31 de Dezembro de 2024) respectivamente, enquanto, as controladas LM, LX, LT e ETT I realizam as operações com base no lucro real.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Controladas	Consolidado												
	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	2024	
Receita de renovação do ativo de contrato	543.102	58.434	-	6.348	-	(50.503)	557.381	50.118	507.263	-	-	-	-
Receita da obrigação de performance de construção	687.112	70.067	-	6.463	(12)	(17)	(58.648)	704.965	63.815	641.150	-	-	-
Receita das margens de performance de construção	659.263	63.064	-	6.776	-	(54.195)	674.908	51.235	623.673	-	-	-	-
Receita de operação e manutenção	1.147.863	98.504	-	8.286	-	(79.069)	1.175.584	89.285	1.086.299	-	-	-	-
Receita de eficiência na implementação da infraestrutura	1.170.001	21.006	-	12.477	-	(42.796)	1.269.453	56.336	1.213.117	-	-	-	-
Receita de construção da infraestrutura	95.078	5.154	-	257	-	(5.308)	95.181	5.408	89.773	-	-	-	-
Recebimento RAP	125.440	14.725	-	2.529	-	(14.171)	128.523	11.890	116.633	-	-	-	-
Recebimento RAP	222.201	13.555	-	854	-	(12.138)	224.472	13.937	210.535	-	-	-	-
Recebimento RAP	1.673.160	164.386	-	7.455	(4.653)	(50.721)	1.719.161	192.220	1.526.941	-	-	-	-
Recebimento RAP	1.818.269	174.534	-	44	(219)	(186.451)	1.819.305	200.403	1.618.902	-	-	-	-
Recebimento RAP	634.446	104.833	-	9.548	-	(89.056)	659.771	84.535	575.236	-	-	-	-
Recebimento RAP	155.231	2.835	-	13.559	-	(14.171)	178.645	18.126	160.519	-	-	-	-
Recebimento RAP	3.704	4.249	-	18.422	-	(42.276)	69.039	25.621	43.418	-	-	-	-
Total	8.934.870	795.346	51.957	72.841	28.639	262.615	(777.571)	8.934.870	778.670	8.156.200	8.156.200	8.156.200	8.156.200

A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenizações quando previstos, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Abaixo segue as taxas de remuneração do ativo de contrato de concessão:

Controladas	Taxa de remuneração do ativo de contrato de concessão				
	Margem de construção	Margem de operação e manutenção	Taxa de remuneração	Índice de correção dos contratos	Custos incorridos
EGO I	30,52%	12,57%	6% a 10% a.a.	IPCA	255.912
EPA I	25,98%	11,02%	6% a 10% a.a.	IPCA	318.120
EPA II	6,77%	10,94%	4% a 8% a.a.	IPCA	472.862
ETT	31,22%	10,48%	4% a 8% a.a.	IPCA	716.928
EAM	23,84%	17,06%	3% a 8% a.a.	IPCA	622.199
ETT II	32,98%	4,85%	3% a 8% a.a.	IPCA	68.801
EPT	0% a 5%	17,84%	8% a 12% a.a.	IPCA	35.328
EAP	45,88%	7,04%	3% a 8% a.a.	IPCA	155.300
LMTE	0% a 5%	8,19%	3% a 8% a.a.	IPCA	1.365.158
LXTE	0% a 5%	6,48%	3% a 12% a.a.	IPCA	1.380.158
LTTE	0% a 5%	14,60%	4% a 12% a.a.	IPCA	5



ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 28.201.130/0001-01

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amort. principal	Taxa efetiva juros (% a.a.) ⁽²⁾	(Taxa efetiva SWAP) (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽¹⁾
	2025	2024								
ETE	-	352.359	CDI + 1,45	-	jun/25	Final	15,77%	-	A	NA
1ª Nota Comercial	-	(175)								
(-) Custo com captação	-	352.184								
Total em Moeda Nacional	-	142.386								
CITIBANK - LOAN TRADE Nº 67071	-	97.221	SOFR + 0,79%	CDI + 0,40%	jun/25	Final	(6,04%)	14,72%	A	2
BAML LOAN 4131 - 24122024	86.464	15	USD + 5,26%	CDI + 0,69%	dez/26	Final	(5,88%)	15,01%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	-	(1.145)								
Total em Moeda Estrangeira	86.479	238.462								
Total ETE	86.479	590.646								
EPA I										
BASA - CCB 048-19/0002-0 ⁽⁴⁾	174.981	187.337	IPCA + 1,89%	CDI - 3,88%	abr/40	Mensal a partir de mai/24	6,15%	10,44%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(864)	(924)								
Total em Moeda Nacional	174.117	186.413								
Total EPA I	174.117	186.413								
EPA II										
BASA - CCB 128-20/0050-8 ⁽⁴⁾	221.181	236.385	IPCA + 1,68%	CDI - 4,07%	jul/40	Mensal a partir de mai/24	5,94%	10,25%	A + R + S	ICSD
(-) Custo com captação	(1.164)	(1.244)								
Total em Moeda Nacional	220.017	235.141								
Total EPA II	220.017	235.141								
EAM										
EAM X BASA - CCB 128-22/0001-9 ⁽⁴⁾	150.443	150.567	IPCA + 4,70%	-	jul/42	Mensal a partir de ago/26	8,96%	-	A + F + R	ICSD
Total em Moeda Nacional	150.443	150.567								
Total EPA II	150.443	150.567								
ETT										
BASA - CCB 128-21/0008-1 ⁽⁴⁾	309.753	325.904	IPCA + 2,46%	-	mai/41	Mensal a partir de out/24	6,72%	-	A + F + R	ICSD
BNDES - 21.02.0247-1 ⁽⁴⁾	207.243	202.076	IPCA + 3,03% + 1,81%	-	mai/41	Mensal a partir de out/24	9,10%	-	R	NA
(-) Custo com captação	(1.400)	(1.530)								
Total em Moeda Nacional	515.596	526.450								
Total ETT	515.596	526.450								
LXTE XINGU										
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5 ⁽⁴⁾	94.754	110.998	PRÉ + 10,00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	94.754	110.998								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58870	51.980	-	USD + 3,54%	CDI + 0,73%	set/27	Final	(7,60%)	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(259)	-								
Total em Moeda Estrangeira	51.721	-								
Total LXTE XINGU	146.475	110.998								
LMTE MACAPÁ										
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3 ⁽⁴⁾	117.993	133.056	PRÉ + 10,00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	117.993	133.056								
BOCOM BBM - LOAN Nº 58871	89.406	-	USD + 3,54%	CDI + 0,73	set/27	final	(7,60%)	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(445)	-								
Total em Moeda Estrangeira	88.961	-								
Total LMTE MACAPÁ	206.954	133.056								
Em Moeda Nacional	1.272.920	1.694.809								
Em Moeda Estrangeira	227.161	238.462								
ETE Consolidado	1.500.081	1.933.271								

(1) As-Aval Energia S/A, R=Recebeíveis, S = Seguro. (2) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas em 2025. (3) Esta operação foi mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (4) Para as empresas Linhas Macapá Transmissora de Energia S/A e Linhas Xingu Transmissora de Energia, possuem as Garantias e Covenants abaixo: Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no ativo não circulante. (5) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis.

Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras intermediárias consolidadas da controladora final Energia S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. (2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 23). Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas; (3) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2025 demonstrados na nota explicativa nº 23. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

	2025	2024
US\$ x R\$	(11,14%)	27,90%
CDI	14,32%	10,88%
TJLP	8,67%	6,19%
IPCA	4,26%	4,83%
SOFR	4,31%	5,31%

A Companhia e suas controladas tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. **Vencimentos:** Em 2025, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2027	242.444
2028	101.984
2029	101.984
2030	101.984
Após 2030	779.181
Total	1.327.577

15. DEBÊNTURES

Operações	Controladora		Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	2025
	2024	Pagamento de Juros			
Moeda Nacional Pós Fixado					
IPCA	629.175	(287.492)	(32.092)	58.943	- 368.534
(-) Custo com captação	(7.735)	-	-	1.557	- (6.178)
Marcação a mercado	(22.845)	-	-	16.843	(6.002)
Total Moeda Nacional Circulante	598.595	(287.492)	(32.092)	60.500	16.843 356.354
Não circulante	268.615	-	-	26.849	268.615
	329.980	-	-	26.849	329.505

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Enc. Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amort. principal	Taxa efet. Juros (%a.a.)	Taxa efetivade Swap (%a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽¹⁾
	2025	2024									
ETE	-	105.062	15/12/2018	75500	IPCA + 4,92%	-	dez/25	9,18%	-	F	1
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	71.618	15/12/2018	51462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	dez/28	9,40%	15,06%	F	1
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	74.753	171.217	15/12/2018	123038	IPCA + 4,98%	-	dez/25	9,24%	-	F	1
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	79.059	75.746	15/10/2020	97.400	IPCA + 4,23%	-	out/27	8,49%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	113.824	109.053	15/10/2020	82600	IPCA + 4,47%	CDI - 1,54%	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78%	A	2
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	13.899	13.290	13/09/2023	12.406	IPCA + 6,17%	-	set/30	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	86.999	83.189	13/09/2023	77.594	IPCA + 6,45%	-	set/33	10,71%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(6.178)	(7.735)									
Marcação à Mercado de Dívida	(6.002)	(22.845)									
Total ETE	356.354	598.595									
EAM											
Debêntures 1ª Emissão	52.089	49.901	15/10/2021	41638	IPCA + 6,09%	CDI + 0,93%	out/31	10,35%	15,25%	SG	NA
(-) Custos de captação	(245)	(291)									
(-) Marcação à Mercado de Dívida	(2.015)	(3.923)									
Total EAM	49.829	45.687									
LTTE TAUBATÉ											
Debêntures 5ª Emissão	483.072	489.540	15/10/2020	410.000	IPCA + 5,09%	-	out/38	9,35%	-	A	2
(-) Custos de captação	(22.394)	(24.139)									
Total LTTE TAUBATÉ	460.678	465.401									
LXTE XINGU											
Debêntures 1ª Emissão ⁽¹⁾	422.701	466.274	27/01/2012	602.447.753	TJLP + 1,00%	-	out/30	9,67%	-	R + S + B	ICSD
Debêntures 2ª Emissão	160.277	159.432	15/03/2021	120.000	IPCA + 5,83%	-	abr/36	10,09%	-	A	2
(-) Custos de captação	(8.722)	(10.122)									
Total LXTE XINGU	574.256	615.584									
LMTE MACAPÁ											
Debêntures 1ª Emissão ⁽¹⁾	397.693	438.687	27/01/2012	569.568.025	TJLP + 6,00%	-	out/30	9,67%	-	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(4.751)	(5.733)									
Total LMTE MACAPÁ	392.942	432.954									
AMAPÁ											
Debêntures 1ª Emissão	107.304	102.044	14/09/2024	100.000	IPCA + 6,44%	-	set/34	10,70%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(3.397)	(3.785)									
Total AMAPÁ	103.907	98.259									
TOTAL	1.991.670	2.335.053									
(-) custos de captação	(45.687)	(51.805)									
(-) Marcação à Mercado de Dívida	(8.017)	(26.768)									
Total em moeda nacional CONSOLIDADO	1.937.966	2.256.480									
	1.937.966	2.256.480									

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue: (1) F= Fiança, R = Recebeíveis, A = Aval Energia S/A, SG = Sem Garantia, S = Seguro; B= CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas; C= Cessão fiduciária do contrato de Fibra Óptica da TIM e Aval de 100% pela Gemini Energy, Cessão fiduciária subordinada ao FDA e FNO. (2) As debêntures da 1ª emissão das controladas indiretas LXTE e LMTE possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a estas controladas o direito de comprarem estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. As controladas mensuraram o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração das controladas, em 31 de dezembro de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento. (3) Condições de covenants. As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019	Trimestral e Anual
(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(2) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato. (3) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2025 demonstrados na nota explicativa nº 23. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. Em 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	101.591	304.169
2028	59.565	255.486
2029	42.130	253.689
2030	42.19	



ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.201.130/0001-01

Fiscal: As ações de natureza tributária, referem-se, em sua grande maioria a discussões envolvendo ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica; não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo CSSL/IRPJ. Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
LXTE	Execução Fiscal	0001307-30.2019.8.14.0075	Ajuizada em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, referente à suposta contratação de serviços para a obra de construção das Linhas de Transmissão que passaram por aquela localidade. A posição da controladora é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	56.629	49.679

Regulatória: A controladora indireta LITE está envolvida em procedimento administrativo que discute descumprimento de prazos regulatórios. Principal processo:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
LITE	Processo administrativo	48500.006110/2017-27	A ANEEL busca a execução da garantia de fiel cumprimento do contrato em virtude do atraso na entrega do empreendimento. A controladora defende a inoportunidade das condições contratuais para a execução da garantia, tendo em vista a existência de fatos justificadores do atraso.	51.194	58.599

Ambiental: A controladora indireta LMTE está envolvida em processos relacionados a suposto descumprimento de condicionantes para o licenciamento ambiental.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social: O capital social é de R\$1.802.341 (R\$1.792.197 em 2024), representando 2.806.651.544 (1.792.196.544 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025, foi aprovado o aporte de capital da Companhia no valor de R\$1.014.445 mediante a emissão de 1.014.445.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$1,00 por ação, sendo certo do preço de emissão das novas ações emitidas: (a) o montante de R\$10.144 foi destinado ao capital social da Companhia e (b) a quantia excedente, no valor de R\$1.004.301 foi destinado à formação da reserva de capital. Assim o capital social passa de R\$1.792.197 para R\$1.802.341. As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energia S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista subscritora até 31 de dezembro de 2025, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia. **18.2. Reserva de capital:**

	2025	2024
Outras reservas de capital (1)	1.004.301	-
Ganho/Perda com investimentos (2)	26.567	26.567
Programa de remuneração variável (ILP) (3)	1.051	475
Total	1.031.919	27.042

(1) Aumento de capital vide nota explicativa nº 12. (2) Inclui R\$27.836 como transações entre sócios em face do reconhecimento do impacto da concessão do CPC 47/IFRS 15 pelas controladas após a capitalização ocorrida em 31 de outubro de 2018. (3) Implementação do programa de remuneração variável, através de adição de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo vide nota explicativa nº 9.

18.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **18.4. Reserva Especial de dividendos:** Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de reserva de dividendos é de R\$435.466 (R\$435.466 em 2024) que acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se não for absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. **18.5. Reserva lucros - reserva de retenção de lucros:** O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$208.792 (R\$228.524 em 2024), foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária. **18.6. Reserva lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos):** As controladas indiretas LXTE e LXTE por atuarem no setor de infraestrutura na região Norte, obtiveram redução (75%) do imposto calculado sobre o lucro da exploração do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através dos Laudos Constitutivos que impôs algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou R\$10.292 de redução de imposto de renda e adicionais. Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas indiretas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			2025	2024
LMTE	SUDAM	0069/2018	4.548	4.548
LXTE	SUDAM	204/2018	5.744	5.744
Total			10.292	10.292

18.7. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	325.044	320.736
Reserva legal 5%	(16.252)	(16.037)
Lucro líquido ajustado	308.792	304.699
• Dividendos obrigatórios (25%) - calculados a razão de R\$0,027505345 (R\$0,04250358904 em 2024) por ação ordinária	77.198	76.175
• Dividendos adicionais propostos correspondem a - R\$0,008124300 por ação ordinária (1)	22.802	-
Total dividendos	100.000	76.175
% sobre o lucro líquido ajustado	32%	25%

18.8. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Segue movimentação nos exercícios:

	2025	2024
Saldos iniciais	(1)	(8)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(17)	11
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	15	(4)
Saldos finais	(12)	(1)

18.9. Participação de acionistas não controladores: A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A Total	Participação acionária e no capital votante		Resultado atribuído aos acionistas não controladores		Outros Resultados abrangentes		2025		2024	
	2024	2023	ILP	Dividendos	ILP	Dividendos	2025	2024	2025	2024
	14,96%	91,549	11,916	6 (3.893)	-	-	-	99,578	-	-
	16,66%	109,352	10,734	- (2.960)	(1)	(1)	117,125	-	-	-
Total		200,901	22,650	6 (6.853)		(1)	216,703			

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A Total	Participação acionária e no capital votante		Resultado atribuído aos acionistas não controladores		Dividendos		ILP		2024	
	2024	2023	ILP	Dividendos	ILP	Dividendos	2024	2023	2024	2023
	14,96%	80,934	8,919	1,694	2	91,549	-	-	-	-
	16,66%	99,177	9,179	996	-	109,352	-	-	-	-
Total		180,111	18,098	2,690	2	200,901				

19. RECEITA OPERACIONAL

Descrição	Consolidado	
	2025	2024
Receita de construção da infraestrutura	262.615	498.157
Receita de eficiência na implementação da infraestrutura	28.639	23.005
Receita das margens da obrigação de performance da construção	51.957	123.043
Receita de operação e manutenção	72.841	67.706
Receita de remuneração do ativo de contrato	795.346	931.315
Outras receitas	87.824	74.480
Total de receita operacional bruta	1.299.222	1.717.706
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(12.997)	(12.266)
Pis diferido	(2.546)	(6.418)
COFINS corrente	(59.872)	(56.255)
COFINS diferido	(11.705)	(29.524)
ISS	(4)	(4)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D) e RGR	(22.040)	(20.843)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(2.786)	(2.847)
Dedução da receita	(111.950)	(128.160)
Receita operacional líquida	1.187.272	1.589.546

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Controladora		Total	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	1.613	1.613	1.613	2.519
Material	1	1	1	1
Serviços de terceiros	1.197	1.197	2.204	2.204
Outras despesas	415	415	314	314
Consolidado	1.613	1.613	2.519	
Custo do Serviço	202	202	202	202
Custo de Operação Prestado a Terceiros	202	202	202	202
Pessoal e administradores	43.083	-	16.024	59.107
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	582	582
Benefícios pós emprego	672	-	536	1.208
Material	10.894	-	1.386	12.280
Serviços de terceiros	14.856	-	27.006	41.862
Depreciação e amortização	180	-	1.482	1.662
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	11.663	11.663
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	-	(6.679)	(6.679)
Custo de construção da infraestrutura	-	244.792	-	244.792
Outras	4.925	438	14.882	20.245
Total	74.610	245.230	66.882	386.722

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	17.525	2.605	84.243	62.752
Juros Selic s/ impostos a recuperar	2.360	128	7.747	3.792
Tributos s/receita financeira	(925)	(127)	(3.111)	(2.203)
Outras receitas financeiras	-	-	(749)	6.838
Total receita financeira	18.960	2.606	88.130	71.179
Encargos de dívidas - juros	(64.873)	(105.500)	(214.328)	(255.567)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	75	(94.189)	(121.239)	(201.796)
Marcação a mercado de dívidas	(18.003)	44.046	(19.207)	51.398
Marcação a mercado derivativos	24.526	(42.441)	33.636	(66.835)
Instrumentos financeiros derivativos	(62.366)	62.366	(75.651)	60.486
Atualização de mútuos	(766)	(561)	(766)	(561)
Comissão de aval	(4.233)	-	(9.758)	-
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	(478)	-	(4.070)	(2.461)
Despesas Bancárias/IOF	(625)	(113)	(4.350)	(6.821)
Outras despesas financeiras	(16.325)	(113)	(17.258)	(4.836)
Total despesa financeira	(142.443)	(136.747)	(432.991)	(426.993)
Resultado financeiro	(123.483)	(134.141)	(344.861)	(355.814)

22. COBERTURA DE SEGUROS

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Aeronáutico-Reta-Drones	30/06/2026	1.158/drone	2	2
Auto - Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	8	9
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	44.046	84	69
Riscos operacionais	30/07/2026	100.000	3.454	10.323
Riscos de Engenharia (RE)	30/06/2028	188.818	830	744
Transporte Nacional	30/07/2026	5.000	6	16
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	83	211
Responsabilidade Civil Obras	30/06/2026	30.000	35	287
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	6	281
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	6	21
			4.531	11.963

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os diferentes níveis foram assim definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativos	Nível	Controladora			
		2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		105	105	33.950	33.950
Valor justo por meio do resultado		105	105	33.950	33.950
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	16.524	16.524	176.407	176.407
Instrumentos financeiros derivativos	2	21.531	21.531	110.093	110.093
		38.055	38.055	286.500	286.500
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		324	324	10	10
Débito com partes relacionadas		6.137	6.137	5.410	5.410
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		173.779	176.977	612.471	623.820
		180.240	183.438	617.891	629.240
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	269.054	269.054	576.770	576.770
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.390	16.390	24.676	24.676
		285.444	285.444	601.446	601.446

Ativos	Nível	Consolidado			
		2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		35.683	35.683	91.492	91.492
Concessionárias e Permissionárias		88.598	88.598	97.514	97.514
		124.281	124.281	189.006	189.006
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	589.781	589.781	719.201	719.201
Instrumentos financeiros derivativos	2	45.727	45.727	116.386	116.386
		635.508	635.508	835.587	835.587
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		79.501	79.501	140.523	140.523
Partes relacionadas		6.137	6.137	5.410	5.410



O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 e 2024 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 14 e nº 15 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (lTax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado. **Varição cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial no exercício findo em 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(95.000)		(88.567)	(108.578)	(128.589)
Variação Dívida			6.433	(13.578)	(33.589)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta USD			
Instrumentos Financeiros Derivativos	86.479		80.046	100.057	120.068
Variação – USD e LIBOR			(6.433)	13.578	33.589
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(95.331)		(95.331)	(95.331)	(95.331)
Variação – Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(8.852)		(15.285)	4.726	24.737
Total Líquido	(103.852)		(103.852)	(103.852)	(103.852)
Consolidado					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(231.000)		(207.793)	(258.787)	(309.781)
Variação Dívida			23.207	(27.787)	(78.781)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta USD			
Instrumentos Financeiros Derivativos	227.184		203.977	254.971	305.965
Variação – USD e LIBOR			(23.207)	27.787	78.781
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(231.884)		(231.884)	(231.884)	(231.884)
Variação – Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	(4.700)		(27.907)	23.087	74.081
Total Líquido	(235.700)		(235.700)	(235.700)	(235.700)

O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$103.852 e R\$235.700. **Varição das taxas de juros:** Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Controladora					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(152.860)		(152.860)	(152.860)	(152.860)
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos	183.053		183.053	183.053	183.053
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – CDI	(169.060)		(169.060)	(184.238)	(200.426)
Variação – CDI + TJLP			-	(15.178)	(31.366)
Subtotal	13.993		13.993	(1.185)	(17.373)
Total Líquido	(138.867)		(138.867)	(154.045)	(170.233)
Consolidado					
Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(589.600)		(589.600)	(589.600)	(589.600)
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos	617.211		617.211	617.211	617.211
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – CDI	(608.816)		(608.816)	(685.987)	(762.596)
Variação – CDI + TJLP			-	(77.171)	(153.780)
Subtotal	8.395		8.395	(68.776)	(145.385)
Total Líquido	(581.205)		(581.205)	(658.376)	(734.985)

O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros em 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (%)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	589.781	Alta CDI	72.248	90.310	108.372
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(231.884)	Alta CDI	(28.406)	(35.508)	(42.609)
	(820.394)	Alta TJLP	(75.148)	(93.935)	(112.722)
	(2.226.860)	Alta IPCA	(94.864)	(118.580)	(142.296)
	(3.279.138)		(198.418)	(248.023)	(297.627)
Total - (Perdas)	(2.689.357)		(126.170)	(157.713)	(189.259)

(*) Considera o CDI em 31 de dezembro de 2025 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2025 e IPCA 4,26% ao ano e TJLP 9,16% ao ano.
(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$208.024.

24. LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	325.044	320.736
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	2.468.493	1.546.124
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	0,13	0,21

(*) As Controladas LXTE e LMTE possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

25. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: As controladas EAM, LXTE, LMTE, LITE, EPT, EGO I, PARA I, PARA II e ETT I são patrocinadoras de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1). A administração desses planos é realizada por meio da Energiasprev – Fundação Energia de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar. **O plano de benefício patrocinado pelas controladas é:**

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	EAM, LXTE, LTTE, EGO I, PARA I, PARA II, ETT I, EPT e LMTE	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. No exercício, a despesa de patrocínio a esse plano foi de R\$1.219 (R\$760 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício. Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$10 (R\$1 em 2024), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2025	2024
Ativos	116	99
Benefício Proporcional Diferido – BPD	3	3
Total	119	102

Plano de saúde: A controlada EAM, mantém benefício pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada. As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direito, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.630 (1.112 em 2024 no consolidado).

Conselho de Administração		
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho Conselheiro	Ricardo Perez Botelho Conselheiro	Maurício Perez Botelho Conselheiro

Declaração dos Diretores da Energisa Transmissão de Energia S/A ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.				
Gabriel Mussi Moraes Diretor Presidente	Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi Diretor de Transmissão	Maurício Perez Botelho Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	Gioielli de Sousa Filho Diretor sem designação específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC - RJ 107310-O-5º-MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Transmissão de Energia S.A. Cataguases - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energisa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energisa Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 11 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia, por meio de suas controladas, atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida infraestrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em

Inclui R\$2 em 2024 de atuário de plano de saúde.

	2025	2024
Valor presente da obrigação em 2024 e 2023	4	8
Custo do Serviço corrente	-	2
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	-	1
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	9	(7)
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	13	4
Circulante	2	1
Não circulante	11	3

Demonstração das despesas para o exercício de 2026 no consolidado, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

	2026	
Custo dos juros		2
Total de despesa a ser reconhecida		2
Principais hipóteses atuariais utilizadas:		
	BRASESCO	BRASESCO
	2025	2024

VARIÁVEIS ECONÔMICAS

Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,40%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

Tábua de Mortalidade	BR-EMR 2015 por sexo	BR-EMR 2015 por sexo
Tábua de Invalídios	M-85 por sexo	M-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (frac)	LIGHT (frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

26. MEIO AMBIENTE (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão das controladas são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável de cada região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo: **1. Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna** – Tem o objetivo principal monitorar as espécies da fauna terrestre, e assim, avaliar a influência dos impactos possivelmente gerados pela implantação do empreendimento, fornecendo subsídios para proposição de medidas mitigadoras e de manejo, a médio e longo prazo, caso seja necessário. **2. Monitoramento e manejo da flora** – A flora é contemplada em programas de monitoramento e manejo, tais como resgate de germoplasma (sementes), cujo objetivo é a proposição de medidas eficazes de conservação dos recursos biológicos e genéticos vegetais na área diretamente afetada pelo empreendimento, visando mitigar e compensar o impacto relacionado à perda de cobertura vegetal nativa; e programa de reposição florestal, cujo objetivo é realizar a compensação ambiental pela vegetação suprimida em decorrência da implantação do empreendimento, monitorando o sucesso das brotas, como forma de aferir a efetividade das ações implementadas, corrigindo-as sempre que necessário. **3. Controle e Monitoramento de Ruídos** – o objetivo deste programa é monitorar o nível de ruído ambiente nas áreas vizinhas ao empreendimento, tornando possível aferir a relevância do impacto acústico nos receptores próximos e propor medidas preventivas e de controle sobre as fontes de perturbação sonora. Uma das metas desse programa é a manutenção dos níveis de ruído ambiente nas imediações da operação que garantam a manutenção da qualidade acústica recomendada pela norma ABNT NBR 10151:2000 para o ambiente de inserção do empreendimento. **4. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** – programa visa estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento de processos erosivos que possam ocorrer durante a instalação e operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos. **5. Gestão de Resíduos Sólidos** – programas elaborados no âmbito do licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras, cujo objetivos são reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento. **6. Comunicação Social** – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento. **Aspectos ambientais** – A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. As licenças expedidas para as controladas são como segue:

Licenças expedidas pela Companhia e suas investidas					
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO), Instalação (LI) ou prévia (LP)	Data Emissão	Vencimento	
EGOI	SEMAD/GO	LO 78/2020	17/02/2020	17/02/2030	
EPA I (1)	SEMAS/PA	LO 12417/2020	29/09/2020	28/09/2025	
ETT	NATURATINS	LO 8/2022	08/08/2022	07/08/2032	
ETT	IBAMA	LO 1661/2022	22/12/2022	22/12/2032	
ETT II	DIMA GURUPI	LO 367/2024	04/11/2022	04/11/2028	
EAP	SEMA/AP	LO 039/2024	14/03/2023	14/03/2027	
LMTE	IBAMA	LO 1218/2014	19/06/2023	19/06/2029	
LMTE (1)	IBAMA	LO 1161/2013	12/06/2013	13/06/2025	
LXTE (1)	IBAMA	LO 1162/2013	12/06/2013	12/06/2018	
LTTE	IBAMA	LO 1386/2017	26/05/2017	12/05/2027	
EPT	SEMA/MT	LO 319286/2019	15/04/2019	13/04/2024	
EPA II	SEMAS/PA	LO 10433/2023	10/03/2023	08/12/2026	
EAM II	IPAAM	LI 056/2024	22/07/2024	22/07/2026	
EAM	IPAAM	LO N°078/2025	28/04/2025	28/04/2027	
EAM	IPAAM	LO N° 226/14-03	07/12/2023	07/12/2027	
EAM	IPAAM	LI N° 172/99-12	22/04/2024	06/07/2027	
EAM	IPAAM	LI N° 132/2024	24/06/2024	24/06/2026	
EAM	IPAAM	LI N° 619/202			

>>>



ENERGISA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.201.130/0001-01

consolidadas. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo, à captura tempestiva de transações por competência e ao recálculo do ativo de contrato, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento do ativo contratual e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

Deloitte.DELOITTE TOLICHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F RJAntônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

energisa.com.br

ANUNCIE NO



Diário do Comércio

O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007

comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicidade Legal** no portal
do **Jornal Diário do Comércio**. Acesse também através do link:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/26-03-2026-p1/>

